

DIVULGAÇÃO



Vini Oliveira (Cidadania-SP) não prestou depoimento

Conti critica ausência de Vini e empresários em oitivas da CP

A vereadora Mariana Conti (PSol-SP), autora da denúncia que levou à abertura da Comissão Processante (CP) contra o vereador Vini Oliveira (Cidadania-SP), afirmou que “a ausência do parlamentar e dos empresários ligados ao caso nas oitivas evidencia falta de compromisso com a sociedade”. Além disso, a parlamentar acrescentou: “o Vini se mostra muito valentão nas redes sociais, quando vai constranger os trabalhadores, mas se acovarda quando precisa dar satisfação sobre suas ações para quem o elegeu”. Conti insiste que a Câmara dê uma resposta à sociedade. “Vereador não pode ser garoto de recados de empresa nenhuma e pode menos ainda se esconder quando questionado.” Já o presidente da CP Paulo Haddad (PSD-SP) pontuou que a ausência das testemunhas faz parte da estratégia jurídica e deve ser respeitada.

Perito foi único ouvido

A fase de oitivas da CP foi encerrada na manhã de terça-feira (4) com o depoimento, por videoconferência, do perito em fonética forense Ricardo Molina, indicado pela defesa como assistente técnico. Molina apresentou aspectos da análise realizada sobre o vídeo que registra uma reunião entre Vini Oliveira e Emerson Jesus, executivo da Smile - empresa integrante do consórcio vencedor do lote Norte da licitação do transporte público de Campinas.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS



Molina presta depoimento em videoconferência

Defesa desistiu das oitivas

Além de Molina, nenhuma outra testemunha foi ouvida. A defesa abriu mão dos depoimentos das testemunhas e do próprio vereador. Em documento protocolado pelo advogado Haroldo Cardella, Vini afirma ter interesse no esclarecimento dos fatos e sustenta não ter cometido improbidade, quebra de decoro ou outra irregularidade. A defesa argumenta que a denúncia se baseia em um vídeo obtido de forma ilícita e afirma que já existem elementos suficientes para a análise do caso.

Relatório será elaborado

A comissão determinou a transcrição de um vídeo em que o parlamentar comenta a reunião de 1º de abril, atendendo a pedido de Conti. Após eventual manifestação da defesa, o relator Otto Alejandro (PL-SP) elaborará o parecer final, que será votado pela comissão e, posteriormente, pelos vereadores em plenário.

PINGA-FOGO

Telessaúde

A Câmara Municipal vota nesta quarta-feira (5) dois projetos em primeira discussão: o que cria o Programa Municipal de Cabines de Telessaúde para ampliar o acesso a consultas médicas remotas e o que proíbe a distribuição de animais como brindes, em rifas, sorteios, concursos, promoções, ações de marketing e eventos.

Cabines equipadas

O projeto que prevê a instalação de cabines equipadas para teleconsultas, em diferentes bairros, é do vereador Marrom Cunha (MDB-SP) e prevê que os equipamentos sejam integrados ao SUS e às instituições conveniadas, podendo realizar atendimentos de baixa e média complexidade, como triagens, aferição de pressão arterial e de temperatura.

Receitas

Durante as consultas, os médicos poderão emitir receitas, atestados e encaminhamentos. O PL determina ainda que, quando houver necessidade de atendimento presencial, o paciente receba encaminhamento eletrônico e, conforme a disponibilidade da rede, saia da teleconsulta com exame ou consulta especializada agendados.

Atendimento 24h

As informações deverão ser registradas no prontuário eletrônico do paciente, e as cabines funcionarão 24 horas, inclusive aos fins de semana e feriados, com atendimento de médicos da rede, residentes e profissionais vinculados a parcerias, além de suporte presencial de enfermagem em horários alternados.

Pets como brindes

Também será analisado o projeto de Hebert Ganem (Podemos-SP), que proíbe a distribuição de animais como brindes e amplia a vedação para rifas, sorteios, concursos, promoções e eventos. O texto prevê multa entre 1.500 e 3.800 Unidades Fiscais de Campinas (UFICs), além da apreensão dos animais.

Mais penalidades

Empresas poderão ter a inscrição municipal e o alvará de funcionamento cassados. As sanções poderão ser aplicadas de forma cumulativa. Em caso de reincidência em período inferior a dois anos, a multa será dobrada, sem prejuízo de outras penalidades previstas nas legislações civil, penal e administrativa.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS



Pedido de abertura de CP partiu da vereadora Guida Calixto (PT-SP)

Guida lamenta rejeição de CP contra Salvetti e cobra apuração

Pedido foi arquivado por 17 votos a 8; ex-vereador critica decisão da Câmara

Da **Redação**

A vereadora Guida Calixto (PT-SP) lamentou a rejeição do pedido de abertura de uma Comissão Processante (CP) para investigar o vereador Arnaldo Salvetti (MDB-SP) e afirmou que a Câmara deixou de analisar um caso que, na avaliação dela, apresentava elementos suficientes para apuração. “Pelo acesso que eu tive de maneira muito criteriosa a todo o processo, que a própria vítima me apresentou, os indícios são fortíssimos e, na minha avaliação, não restam dúvidas. Mas é necessário que esta Casa possa fazer uma avaliação sobre essa questão”, declarou. A parlamentar também destacou que o debate ocorre durante o Agosto Lilás e afirmou que o mandato “jamais vai se furtar de denunciar e debater uma questão tão séria”.

A Câmara rejeitou na última sessão, na noite de segunda-feira (3), o requerimento de instauração da comissão por 17 votos contrários e oito favoráveis. Com a decisão do plenário, a representação foi arquivada e não haverá investigação no âmbito do Legislativo. O ex-vereador Paulo Gaspar também criticou o resultado. “Essas comissões processantes infelizmente

não funcionam nem em Campinas e nem no Brasil porque é um jogo com cartas marcadas. A Câmara de Vereadores é um puxadinho da Prefeitura e o corporativismo entre o Legislativo e o Executivo é quem dá as cartas”, afirma. Segundo ele, “ninguém larga a mão de ninguém” e os vereadores “defendem os seus interesses pessoais acima dos interesses da população e fazem o diabo pra se manterem em seus cargos”. Gaspar foi o vereador que mais economizou na história da cidade, poupando R\$ 1,1 milhão dos cofres públicos, recusando recursos disponíveis para regalias do gabinete.

RELEMBRE O CASO

A representação apontava possíveis violações ao decoro parlamentar, tendo como fundamento acusações de violência doméstica envolvendo o vereador. Na avaliação da autora do pedido, os fatos justificavam a abertura de uma investigação própria do Legislativo, independentemente do andamento da esfera judicial. Durante a análise do requerimento, a defesa de Salvetti sustentou que o processo terminou com absolvição e argumentou que não havia respaldo jurídico para a abertura da CP.